



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

OFICIAL DE R.C.P.M. E TABELAÇÃO
DE NOTAS DO MUN. RIBEIRA
Ari de Almeida Camargo

LEI Nº 476 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2013.

“Dispõe sobre nova redação na Lei Municipal Nº409/2008, sobre o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Ribeira – “REFIS”, para pessoas físicas e jurídicas, e dá outras providências”.

Jonas Dias Batista, Prefeito Municipal de Ribeira, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei Municipal Nº 409 de 28 de novembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica instituído, no Município de Ribeira o Programa de Recuperação Fiscal “REFIS”, destinado a:

I - promover a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos de contribuintes relativos a tributos municipais, e, razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2012,

O Artigo 3º, no seu inciso II, passa a ter a seguinte redação:

II - de pessoas jurídicas cindidas a partir de 31 de dezembro de 2012;

O Artigo 4º, no seu parágrafo 1º, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo 1º. - O parcelamento a que se refere o artigo 1º deverá ser requerido até o dia 31/12/2013.

O Artigo 8º, no seu inciso I, passa a ter a seguinte redação:

I - inadimplência, por dois meses consecutivos ou três meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos débitos abrangidos pelo “REFIS”, inclusive dos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2012.

O Artigo 9º, no seu inciso IV, passa a ter a seguinte redação:

IV - impedimento para o sujeito passivo beneficiar-se de qualquer outra modalidade de parcelamento até 30 de dezembro de 2014.





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

O Artigo 11, no seu inciso V, passa a ter a seguinte redação:

V – no pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e de demais receitas municipais decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de dezembro de 2012;

O Artigo 16, passa a ter a seguinte redação:


Parágrafo 1º - Fica dispensada a elaboração de Estudo de Impacto Financeiro em razão da não ocorrência de renúncia de receita, e sim redução da cobrança de multa e juros, que não prejudicam as metas de arrecadação.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e será regulamentada por Decreto, se necessário no prazo de 30 (trinta) dias.

Prefeitura Municipal de Ribeira, 15 de fevereiro de 2013.


Jonas Dias Batista
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada em livro próprio na Secretaria desta Prefeitura de Ribeira em:
Ribeira, 15 de fevereiro de 2013.


Antônio Carlos de Oliveira Martins
Secretário

Recebi (01) Via desta Lei e publiquei neste Cartório de Ribeira.
Ribeira, 15 de fevereiro de 2013.


Ari de Almeida Camargo - Escrivão

19 FEV 2013
OFICIAL DE R.C.P.N. E TABELIÃO
DE NOTAS DO MUN. RIBEIRA
Ari de Almeida Camargo
OFICIAL DE R.C.P.N. E TABELIÃO
DE NOTAS DO MUN. RIBEIRA
Ari de Almeida Camargo